



# MÉTODOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS:

## estudos, reflexões e perspectivas

**Denise Pereira**  
**Karen Fernanda Bortoloti**  
(Organizadoras)

3

## **Direção Editorial**

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

## **Organizadoras**

Prof.ª Ma. Denise Pereira  
Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

## **Capa**

AYA Editora

## **Revisão**

Os Autores

## **Executiva de Negócios**

Ana Lucia Ribeiro Soares

## **Produção Editorial**

AYA Editora

## **Imagens de Capa**

br.freepik.com

## **Área do Conhecimento**

Ciências Humanas

# **Conselho Editorial**

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

*Centro Universitário Santa Amélia*

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

*Universidade Estadual de Londrina*

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

*Instituto Federal do Amapá*

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

*Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP*

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

*Centro Universitário FACEX*

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chiroli

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

*Universidade Federal de Sergipe*

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

*Universidade do Estado de Minas Gerais*

Prof.ª Ma. Denise Pereira

*Faculdade Sudoeste – FASU*

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

*Universidade Federal do Paraná*

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

*Universidade Federal do Amapá*

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

*Universidade Estadual de Londrina*

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença*

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

*Universidade Federal de Sergipe*

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

*Universidade de Santa Cruz do Sul*

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.º Me. Jorge Soistak

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara*

Prof.º Me. José Henrique de Goes

*Centro Universitário Santa Amélia*

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

*Universidade Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

*Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais*

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

*Faculdade Santana*

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

*Universidade Federal Rural de Pernambuco*

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

*Universidade Norte do Paraná*

Prof.º Me. Milson dos Santos Barbosa

*Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP*

Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes

*Universidade Estadual do Centro-Oeste*

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

*Centro Universitário Santa Amélia*

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas*

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

*Instituto Federal do Acre*

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

*Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais*

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

*Universidade Federal do Piauí*

Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda

Santos

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

*Instituto Federal de Santa Catarina*

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier

*Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, FNDE*

© 2021 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

---

M9399 Métodos e práticas pedagógicas: estudos, reflexões e perspectivas 3 [recurso eletrônico]. / Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti (organizadoras) -- Ponta Grossa: Aya, 2021. 334 p. – ISBN 978-65-88580-78-3

Inclui biografia  
Inclui índice  
Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.  
Modo de acesso: World Wide Web.  
DOI 10.47573/aya.88580.2.49

1. Educação. 2. Educação básica. 3. Ensino fundamental. 4. Cartografia - Estudo e ensino. 5. Educação – Efeito das inovações tecnológicas. 6. Educação infantil. 7. Tecnologia educacional. 8 Educação física (Segundo grau). 9. Educação sexual. 10. Alfabetização. 10. Cultura afro-brasileira. 11. Educação especial. 12. Inclusão escolar. I. Pereira, Denise. II. Bortoloti, Karen Fernanda. III. Título

CDD: 370.7

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

## **International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora EIRELI**

### **AYA Editora©**

CNPJ: 36.140.631/0001-53  
Fone: +55 42 3086-3131  
E-mail: contato@ayaeditora.com.br  
Site: <https://ayaeditora.com.br>  
Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557  
Ponta Grossa - Paraná - Brasil  
84.071-150

## Reflexões sobre o bem-estar dos alunos especiais nas escolas de ensino regular

## Reflections on the well-being of the special students in mainstream schools

## Reflexiones sobre el bienestar de los estudiantes especiales en las escuelas de educación regula

---

**Dilce de Oliveira Rodrigues**

*Mestre em economia de consumo familiar, pela Universidade Federal de Viçosa. Pós-graduação em Educação Especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora, pela Faculdade São Luís. Graduada em Economia Doméstica também pela Universidade Federal de Viçosa-MG.*

**Adriane Oliveira Santos Barbosa**

*Mestre em Gestão e Regulação Hídrica pela Universidade Federal do Espírito Santo; Pós Graduada em psicopedagogia pela Faculdade Evata; Pós Graduada em Educação Ambiental em Espaços Sustentáveis pela Universidade Federal de Lavras; Pedagoga pela Universidade Federal de Viçosa; Tutora à distância do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Minas Gerais; professora Efetiva do Ensino Fundamental pela Secretaria Municipal de Educação de Viçosa.*

# Resumo

A presente pesquisa objetivou fazer uma reflexão de como o ambiente escolar contribuindo para o bem-estar das crianças especiais no ensino regular e quais são as principais os desafios e avanços. Por meio de uma metodologia teórica, com periódicos recentes, verificou-se que o campo na educação especial contribui para evolução psicológica da criança, valor didático do jogo e do brincar e o desenvolvimento no ensino habitual. Historicamente, a educação especial tomou forças na década de 1990 com documentos do cenário mundial, resultantes desses eventos como a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca que favoreceram as discussões e as formulações de textos legais que orientam a inclusão e a Educação Especial no cenário nacional. E assim com a efetivação das leis que os alunos especiais tiveram acesso ao ensino regular, apesar das falhas e inadequação, atualmente essa discussão apresenta-se mais forte na nação brasileira. O bem-estar do aluno de inclusão depende da socialização, interação, afetividade, compreensão e métodos de ensino. É fundamental que a equipe escolar esteja preparada para receber os alunos de uma forma que compreenda-se a identidade de cada estudante. Portanto, acredita-se que por meio da sensibilidade, da estimulação, da autonomia promovem o bem-estar do aluno especial sem que seja excluído do campo escolar.

**Palavras-chave:** educação especial. inclusão. bem-estar.

# Abstract

This research aimed to reflect on how the school environment contributing to the well-being of special children in regular education and what are the main challenges and advances. Through a theoretical methodology, with recent journals, it was found that the field in special education contributes to the psychological evolution of the child, didactic value of play and play and development in habitual teaching. Historically, special education took forces in the 1990s with documents from the world scenario, resulting from these events such as the World Declaration of Education for All and the Salamanca Declaration that favored the discussions and formulations of legal texts that guide inclusion and Special Education in the national scenario. And so with the implementation of the laws that special students had access to regular education, despite the failures and inadequacy, currently this discussion is stronger in the Brazilian nation. The student's well-being of inclusion depends on socialization, interaction, affectivity, understanding and teaching methods. It is essential that the school team is prepared to receive students in a way that understands the identity of each student. Therefore, it is believed that through sensitivity, stimulation, autonomy promote the well-being of the special student without being excluded from the school field.

**Keywords:** special education. inclusion. well-being.

# Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo reflexionar sobre cómo el entorno escolar contribuyó al bienestar de los niños especiales en la educación regular y cuáles son los principales desafíos y avances. A través de una metodología teórica, con publicaciones periódicas recientes, se verificó que el campo de la educación especial contribuye a la evolución psicológica del niño, al valor didáctico del juego y el juego, y al desarrollo en la educación regular. Históricamente, la educación especial cobró fuerza en la década de los noventa con documentos de la escena mundial, resultado de eventos como la Declaración Mundial sobre Educación para Todos y la Declaración de Salamanca que favorecieron las discusiones y la formulación de textos legales que orientan la inclusión y la Educación Especial en el ámbito nacional. Y así con la promulgación de leyes que los estudiantes especiales tuvieron acceso a la educación regular, a pesar de las fallas y la insuficiencia, esta discusión es actualmente más fuerte en la nación brasileña. El bienestar del alumno de inclusión depende de la socialización, la interacción, la afectividad, la comprensión y los métodos de enseñanza. Es fundamental que el equipo de la escuela esté preparado para recibir a los estudiantes de una manera que comprenda la identidad de cada estudiante. Por tanto, se cree que a través de la sensibilidad, la estimulación, la autonomía, promueven el bienestar del alumno especial sin ser excluido del ámbito escolar.

**Palabras-chave:** educación especial. inclusión. bienestar.

## INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é por natureza o espaço que favorece a socialização, as habilidades e a comunicação para o desenvolvimento integral dos indivíduos. Sendo assim, estas habilidades precisam ser compartilhadas em sala de aula, movidas pelos alunos e direcionadas pelo professor visando à autonomia dos mesmos. Desta forma, a inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança portadora de necessidades especiais educacionais não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido.

Neste sentido, Sasaki (1997) descreve que o movimento da “Escola para Todos”, ancorado no discurso da inclusão, visa à construção de um projeto de ensino-aprendizagem norteado pelo respeito e valorização das diferenças, possibilitando ao educando com tais necessidades construir seu próprio conhecimento no cerne da escola comum. Entretanto, percebe-se que os educadores ainda encontram dificuldades em trabalhar as necessidades educacionais individuais, o que torna a inclusão um processo ainda ineficaz nas escolas das redes regulares de ensino.

Portanto, as leis educacionais bem como a Constituição Federal descrevem como direito de todos ingressarem a educação e sua permanência. Diante disto, inclui-se também as pessoas portadoras de necessidades especiais como descrito pela Declaração de Salamanca (1994) afirmando que as escolas estejam aptas a receber esses alunos independentes da sua necessidade. Sendo assim, fica evidente que exista uma modificação do profissional e da sua prática, incluindo transformações dos currículos, metodologias, avaliações, didática, registros e relatórios individuais do processo ensino aprendizagem de todos os alunos. Além desses pontos é primordial para que aja realmente a inclusão, o educador precisa ser um profissional reflexivo de sua prática buscando avaliar e redirecionar sua postura, seu olhar, suas ações, dentre outros, na sala de aula.

Diante da importância da reflexão da prática pedagógica para o processo de inclusão para o processo ensino aprendizagem inclusivo, o educador precisa estar consciente que suas ações também interferem de forma positiva ou negativa nesse processo.

Contudo, percebe-se que muitos educadores ainda não despertaram para esse outro olhar da inclusão. Devido a tal fato, buscamos neste estudo apresentar de forma teórica as consequências dessa prática não reflexiva dentro da sala de aula.

Reconhecendo a importância da escola e as interações entre os diferentes tipos de alunos no processo de desenvolvimento do aluno portador de necessidades educacionais é que recorreremos às concepções de diversos estudiosos na fundamentação teórica, buscando aprimorar os conhecimentos propostos neste estudo sobre o que vem a ser a relação do professor da rede regular de ensino do ensino fundamental no que diz respeito à inclusão e a garantia do bem estar dos alunos.

## AEVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS DIMENSÕES DO BEM-ESTAR NAS CONCEPÇÕES DOS PRINCIPAIS ESTUDIOSOS

Jacques Rousseau (1712-1778), que argumentava que a educação em sua natureza e verdadeira e única professora, evidenciando a ideologia de “educabilidade” em todas as crianças. Efetua-se assim que todas as crianças especiais eram suscetíveis para ser educadas (COLL, 2003; PUIGDELLÍVOL, 2007; ROSALES; 2009).

Juan Enrique Pestalozzi (1746- 1827) corrobora com os pensamentos de Rousseau de qual o indivíduo possui uma bondade natural. E por meio desta acrescenta que o método pedagógico incentiva os trabalhos manuais e jardinagem considerado por ele práticas de alto valor educativo. A escola popular converge com a necessidade de equilíbrio em três aspectos humanos, nos quais são: o intelectual, o ético e o prático (LLOPIS; 1986; GOODLEY,1996; PUIGDELLÍVOL, 2007; ROSALES; 2009).

Posteriormente, Federico Froebel (1782 - 1852) foi o primeiro fundador de infância na Alemanha, visando educar as crianças pequenas, especiais ou não, norteada pela manipulação e estimulação sensorial. O autor aludido contribuiu muito o campo na educação especial, com postulados da evolução psicológica da criança, valor didático do jogo e do brincar e o desenvolvimento no ensino habitual (LOPIS; 1986; PUIGDELLÍVOL; 1986; GOODLEY,1996; PUIGDELLÍVOL, 2007).

Outro autor idealizador foi Philippe Pinel (1745 - 1826) que desenvolveu um estudo que destacava o estudo das classificações e o tratamento médico mentais, arquitetando métodos relevantes para uma intervenção médica nos centros escolares (COLL, 2003; RAMÍREZ; 2005; PUIGDELLÍVOL, 2007; ROSALES; 2009).

Jean Marc Gaspard Itard (1774 - 1838), foi o percussor da educação especial, dedicando seus estudos em crianças surdas. Nesse mesmo período, Jean-Étienne Esquirol (1772 - 1840) denominou a diferença entre retardo mental (idiotia) e doença mental (demência). Édouard Seguin (1937) criou a primeira escola dedicada à educação de pessoas portadoras de demência. Em 1853, o cirurgião inglês William Little (1810 - 1894) desenvolveu a primeira descrição sobre a "paralisia cerebral". No período de 1866, o médico inglês John Langdon Down (1826 - 1896) propôs o nome síndrome de Down (LLOPIS; 1986; PUIGDELLÍVOL; 1986; GOODLEY,1996; RAMÍREZ; 2005 PUIGDELLÍVOL, 2007)

Percebe-se o desenvolver da educação especial voltada ao bem-estar dos alunos desde o século XVI e norteada até fim do século XIX. Entretanto, a nação brasileira somente começou a perceber a importância dos alunos especiais no ensino regular somente no início do século XIX por meio da legislação.

Acredita-se que a nação brasileira com sua evolução retardatária, não se limitava somente a falta de acesso, mas sim uma educação apropriada norteada de profissionais qualificados e recursos didáticos adequados. Falta-lhes ainda uma adaptação escolar, uma atenção do poder público e ampliação nas matrículas regulares.

Acrescenta-se ainda que somente no final do século XX após muitos conflitos e mudanças que a educação especial se estabeleceu na nação brasileira. Como os programas institucionais, como Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”. Foi nesse período

que verificou-se a importância do respeito à individualidade de cada criança. (CARVALHO, 2000; MATISKEI, 2004).

Analisa-se na Tabela 1, os principais marcos histórico internacional que deram fundamentos ao bem-estar dos alunos especiais na educação. Somente quando a legislação entrou em vigor e mesmo assim relatos recentes ainda afirmam que falta-lhes qualificação e eficiência da equipe escolar frente essa temática.

O que se evidencia é que a legislação brasileira entrou em vigor de forma tardia e não foi oferecido aos educadores uma formação continuada que os preparassem para receber os alunos portadores de deficiência nas escolas. A lei entrou em vigor mais para cumprir as demandas das legislações mundial que desde a década de 1990, convocavam todos os países para garantir os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais. Dentre elas destacam as principais:

**Tabela 1- Legislações Internacional**

Ano	Lei	Descrição Geral
1989	Convenção sobre os Direitos da Criança	Determina um conjunto de direitos fundamentais – civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, direitos esses fundamentais à sobrevivência, ao desenvolvimento e à proteção de todas as crianças, inclusive aquelas com necessidades especiais.
1999	Convenção Interamericana	Determina a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
1990	Declaração Mundial de Educação para todos	As nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que toda pessoa tem direito à educação.
1994	Declaração de Salamanca	Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.
2001	Convenção de Guatemala	Eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência e o favorecimento pleno de sua integração à sociedade.
1999	Carta do Terceiro Milênio	Determina que no terceiro milênio os direitos Humanos de cada pessoa, em qualquer sociedade, devem ser reconhecidos e protegido.
2009	Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências	Aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário. Estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que elas tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Fonte: Adaptado por Uzeda, 2019, p.15.

Na perspectiva histórica, compreende-se que os marcos internacionais que destacamos, mostraram que o movimento em benefício do bem estar das crianças com necessidades especiais, foi resultado de uma preocupação dos organismos internacionais, em diferentes momentos, com relação ao respeito a todo ser humano, às diferenças, à dignidade, à educação e às possibilidades de cada um, independentemente das condições físicas de cada ser humano. Nesse percurso histórico, a criança mereceu atenção especial quando foi enunciado um amplo conjunto de direitos fundamentais – civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, direitos esses fundamentais à sobrevivência, ao desenvolvimento e à proteção de todas as crianças,

inclusive aquelas com necessidades especiais (Convenção sobre os Direitos da Criança 1989).

Nestes documentos internacionais, o direito à educação para todos também foi validado e considerado imprescindível para um mundo mais seguro, mais sadio e próspero (Conferência Mundial de Educação para Todos, 1990). A garantia dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiência, com vistas à integração, sinaliza um novo momento para a Educação Especial (Declaração de Salamanca, 1994). A eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e a consequente eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização também foram destacadas nesses documentos (Convenção Interamericana, 1999).

Evidencia-se que o movimento mundial pela inclusão trata de aspectos político, cultural, social e pedagógico. Ao reconhecer essas determinações internacionais o Brasil desde a década de 1961 em sua legislação já apontava a importância de resguardar o direito educacional a pessoa portadora de deficiência, como descrito nas principais legislações da tabela 2.

**Tabela 2- Principais legislações**

Ano	Lei	DESCRIÇÃO GERAL
1961	LEI Nº 4.024. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	Fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência
1971	LEI Nº 5. 692 Segunda lei de Diretrizes e Bases Educacionais	Afirma que os alunos com “deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”
1988	Constituição Federal	O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.
1990	Lei Nº 8.069 Estatuto da Criança e do Adolescente,	Garante, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino
1996	Lei de diretrizes e bases- LEI Nº 9.394/96.	A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
2001	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB Nº 17/2001).	Envolve estudos que abrangem a Educação Especial. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf">http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf</a>
2001	Plano Nacional de Educação	Com diagnósticos, diretrizes que fundamentam atenção a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino superior. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm</a>
2001	Convenção de Guatemala	Eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência e o favorecimento pleno de sua integração à sociedade.
2002	Resolução CNE/CP nº1/2002	Efetua as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais

2002	Lei nº 10.342/02	Insera a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.
2005	Decreto nº 5.626/05	Regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.
2007	Plano de Desenvolvimento de Educação - PDE	Enfatize como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado.
2008	Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva	Aborda as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro.
2008	Decreto nº 6.571	Implementa diretrizes para o estabelecimento do atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino (escolas públicas ou privadas).
2009	Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências	Aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário. Estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que elas tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).
2009	Resolução n. 4 CNE/CEB	Sanciona diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. O AEE pode ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessionais ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (Art.5º).
2012	Lei nº 12.746	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990
2015	Lei nº 13.146	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI.

Fonte: Adaptado por Uzeda, 2019, p.15.

Nota-se que até recentemente a educação inclusiva ainda sofre modificações com o intuito de defender os direitos do aluno especial no ensino regular, bem como ofertar um ensino de qualidade para o bem-estar do aluno. Entretanto, há uma longa trajetória a ser seguida, pois ainda falta muita adaptação, intuição do corpo docente, das escolas, dos familiares, bem como da esfera nacional.

### As ideologias que compactuam com o bem-estar do aluno de inclusão: Desafios e Avanços

Um dos aspectos que norteiam a educação é o respeito a diversidade (BRASIL; 2008; 2012; 2015), e ela prevista em lei, normativas e estabelecida em todo meio escolar.

A diversidade humana corresponde a pluralidade de diferenças, não priva-se somente em algum tipo de deficiência e sim a distinção de gêneros, religião, etnias, culturas, dentre outros aspectos que compreendem, dada a lógica dominante, algum tipo de diferença. A diversidade

encontra-se no espaço escolar e no meio social é pertinente que está seja incluído a este meio (ABENHAIM,2005; LIRA; 2019; FONTANA, 2019; MIRANDA; 2019).

Corroborando, com tais aspectos percebe-se o quanto o respeito a diversidade humana é relevante para os aspectos culturais, emocionais e aprendizado. Para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra, o desenvolvimento metodológico não possui um padrão. É relevante que se obtenha um contexto mais amplo, flexivo que atenta todas as diferenças e enfatizando que cada aluno possui sua identidade e por meio deste ocorra estímulos concretos e adaptados (LIRA; 2019; FONTANA, 2019; MIRANDA; 2019).

Acrescenta-se que,

[...]não bastam competências técnicas para lidar com as questões impostas na inclusão; estas são condições necessárias, mas não suficientes. Qualquer política de inclusão deve envolver questões de ordem política, econômica, social e cultural. Então, a inclusão por si só não diminui os diferenciais de poder, de segregação, autoritarismo e exploração que atravessam esta sociedade. As dificuldades de uma educação que seja inclusiva sem ser homogênea, de uma educação que acolha todos os mundos sem que isto represente um só mundo (VEIGA NETO, 2005, p.98).

Aranha (2000) respalda que deverá ocorrer adaptações para a arquitetura um sistema educacional inclusivo, ao passo que, atualmente o número de deficiências tem aumentado, o espaço escolar deverá estar apto a todos os tipos de deficiências que visem o bem-estar do aluno especial.

O ensino-aprendizagem concretiza-se, nos alunos especiais perante o bem-estar emocional, o envolvimento nas atividades e projetos, do respeito mútuo, das disposições para aprender e do sucesso escolar. O sucesso da aprendizagem depende do envolvimento nas atividades propostas, bem como nas brincadeiras espontâneas que apresentam significados no bem-estar emocional (LAEVERS, 2004; LAEVERS, 2008; PASCAL; BERTRAM, 2009)

O bem-estar dos alunos especiais no meio escolar vai muito além do ensino-aprendizagem depende muito da acessibilidade, afetividade entre colegas e educador, equipe psicopedagógica e interação com os familiares. Espera-se que,

Se desejarmos descobrir como cada criança está progredindo em um ambiente, é necessário, em primeiro lugar, avaliar até que ponto as crianças se sentem à vontade, se expressam com autenticidade e demonstram vitalidade e autoconfiança. Tudo isso indica que seu bem-estar emocional está bom e que suas necessidades físicas, de carinho e de afeto, de segurança e clareza, de reconhecimento social, a necessidade de se sentir competente, de ter um sentido para sua vida de valores morais, estão sendo atendidos (Laevers, 2004, p.59).

Por outro lado, a educação congruentemente com a saúde tradicional, ainda é muito falha ou estagnada. É relevante que ocorra mudanças no contexto e organização no espaço escolar. Alterações no meio e no funcionamento escolar são fundamentais para evitar que ocorra um sentimento de alienação pela falta do sentimento de bem-estar e comportamentos comprometedores da saúde dos indivíduos (NUTBEAM *et al.*,1993; SAMDAL *et al.*, 1998; MATOS e CARVALHOSA, 2001c)

Os educandos estão correlacionados ao espaço escolar no qual estrutura o bem-estar e adoção de comportamentos interligado a saúde mental. O meio escolar engloba a participação e responsabilização dos educandos pelo cotidiano escolar, a relação com professores, colegas e continuidade entre a vida familiar e escolar. Os estudantes passam, quase que integralmente,

sua vida na escola e a escola pode ser considerada como cenário chave nas intervenções que promovem o bem-estar (NUTBEAM *et al.*, 1993; SAMDAL, *et al.*, 1998; MATOS; CARVALHOSA, 2001c).

Por tais aspectos, que o docente é o que mais está próximo do convívio com o aluno especial e paulatinamente deverá englobar meios para compreender a adaptação do aluno como o bem-estar dele. Um dos aspectos que compactuam com tais premissas é a formação e qualificação do educador, pois é por meio de práticas e reconhecimentos educativos que o aluno desenvolve suas potencialidades. Um educador bem preparado saberá compreender as diferenças, com as dificuldades encontradas em sala, na sua prática.

A formação dos professores implica em um conjunto de saberes incorporados ao longo da própria vida, saberes estes que decorrem da sua imersão num contexto societário, das relações que vão se estabelecendo com pessoas e instituições várias. No momento em que ingressam na docência, continuam a incorporar novos saberes que se vão agregando ao processo formativo de construção da identidade profissional (VIGHT, 2013, p. 4).

O docente como toda equipe escolar deverá estar ciente que o aluno de inclusão é mais vulnerável diante do aluno regular. Para isso é imprescindível que ocorra uma socialização entre professores, e alunos regulares.

A inclusão, em linhas, concorre muitas vezes para a segregação dessas crianças. Ela pode não lhes trazer benefícios em termos de aprendizado escolar, embora muito se discutam as "vantagens" da socialização que a "convivência" escolar poderia propiciar. É "utópico" acreditar que a colocação de todos os alunos em um espaço comum, onde eles aprendam e participem juntos, possa se converter simplesmente em socialização, e que por si só essa estratégia seja suficiente para que não haja discriminação. Isso significa dizer que essas crianças podem continuar sofrendo práticas segregacionistas num ambiente em que "ninguém está de fora (VIGOTSKI; 1999, p. 45; GLAT; NOGUEIRA; 2002, p. 28).

Acredita-se que não há um manual e nem mesmo uma maneira mecânica que incluir o aluno especial e sim uma compreensão do desenvolver da construção dessa criança indiferente de sua deficiência, seja física, cognitiva ou intelectual.

O bem-estar dos alunos depende muito dessa socialização, como também do envolvimento do meio que o cerca, o envolvimento apresenta-se por índices gerais como proposto na Tabela 2.

**Tabela 2 – Índices de envolvimento dos alunos de inclusão**

<b>Índices</b>	<b>Explicações</b>
<b>Concentração</b>	A atenção do aluno encontra-se orientada para a atividade. Nada parece poder distrair o educando do que a profunda concentração, apesar de suas limitações.
<b>Energia</b>	O aluno investe muito esforço na atividade. Esta energia é frequentemente demonstrada pelo alçar da voz ou pela pressão que faz sobre o objeto que utiliza. A energia mental pode ser inferida através das expressões faciais as quais revelam que o educando está concentrado no que está a fazer.
<b>Complexidade e Criatividade</b>	Observáveis quando o aluno mobiliza, de livre vontade, as suas capacidades cognitivas e outras para se dedicar a um comportamento mais complexo do que uma mera rotina. Criatividade não significa que o resultado tenha que ser original. A criatividade existe quando o discente dá um toque individual ao que faz e contribui para o seu desenvolvimento criativo. Nesta situação, a criança encontra-se nos limites das suas capacidades.

<b>Expressão Facial e Postura</b>	Os indicadores não verbais são de extrema importância para apreciar o envolvimento do educando. É possível distinguir olhos perdidos no vazio de olhos brilhantes. A postura pode revelar alta concentração ou tédio. A postura pode ser altamente significativa, mesmo quando a criança está de costas para o observador.
<b>Persistência</b>	A persistência é a duração da concentração na atividade que está a ser realizada. Os alunos que estão realmente envolvidos não abandonam facilmente o que estão a fazer. Querem continuar a atividade que lhes interessa e dá prazer, não se deixando distrair pelo que acontece à sua volta. A atividade envolvida tem geralmente uma maior duração, embora o tempo investido dependa da idade e da experiência do estudante.
<b>Precisão</b>	Os alunos envolvidos mostram um cuidado especial com o seu trabalho e estão atentas aos pormenores. Os alunos que não se envolvem, estão pouco preocupados com as questões de pormenor. Os pormenores não são importantes para elas.
<b>Tempo de Reação</b>	Os alunos envolvidos correm, literalmente falando, para uma atividade e mostram grande motivação e entusiasmo, apesar das restrições. Note-se que o envolvimento não se pode ver apenas pela reação inicial. É mais que isso.
<b>Linguagem</b>	A importância que a atividade tem para os estudantes pode ser observada através dos comentários que fazem. Por exemplo, poderão, repetidamente, pedir para fazer uma determinada atividade e dizerem que gostam de a fazer.
<b>Satisfação</b>	Os alunos envolvidos demonstram grande satisfação perante os resultados alcançados.

Fonte: Adaptado de Laevers, 2004, p. 35

Percebe-se que não precisa-se de meios avançados para envolver a criança especial no campo escolar, pois estímulos, motivações, tempo de aprendizagem, precisão contribuem para o bem-estar do discente especial. O aluno especial tem necessidade de aprendizagem congruentemente com a sensibilidade, estimulação e autonomia, conforme Laevers (2008);

- a) A sensibilidade baseia-se na interação entre docente e aluno, no qual envolve sentimentos e bem-estar emocional do discente por meio de indicadores como empatia, sinceridade e autenticidade. Isso corrobora com a valorização das necessidades individuais, da atenção, do tratamento com carinho e cuidado, das motivações e incentivos;
- b) A estimulação compactua com as maneiras que o docente estimula os alunos especiais no aprendizado, propondo atividades diversas, efetuando informações, estimulação da ação, raciocínio e comunicação e por fim;
- c) A autonomia do aluno mostrará o quanto ele evoluiu, isso porque com suas limitações, no momento que ele obtenha quaisquer indícios de autonomia já é algo muito significativo na sua vida escolar e isso depende muito da liberdade que o docente dará ao aluno de se expressar.

Verificou-se que o aluno especial no contexto escolar precisa de motivação que interligue ele aos colegas e educadores. O aluno de inclusão busca, periodicamente, uma atenção e estímulo durante sua vida escolar sem ser excluído de nenhuma prática de ensino aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o estudo realizado sobre a reflexão de como o ambiente escolar vem contribuindo para o bem-estar das crianças especiais no ensino regular e quais são as principais os desafios e avanços atualmente, verificou-se, em linhas gerais, que;

Em âmbito mundial o bem-estar no meio escolar, já vinha ocorrendo desde o XVI com idealizadores que visavam a qualidade de ensino de todos os alunos.

O bem-estar dos alunos especial, historicamente, tomou forças a partir da legislação nacional que vigorou em defesa da diversidade e inclusão dos alunos nas escolas regulares;

O bem-estar do aluno é um aspecto chave para o desenvolver das habilidades, cognitivas, emocional e de aprendizagem. É relevante que obtenha-se um envolvimento com todo o meio escolar para efetivar a construção do ser humano, bem como desenvolver sua saúde mental;

É fundamental que o docente tenha uma boa formação para implementar as práticas educativas;

A socialização é uma das premissas mais relevantes para o bem-estar escolar, como também da construção do indivíduo no meio, peculiarmente, nos alunos especiais;

Acredita-se que os meios que estimulam e motivam os alunos especiais no contexto escolar são sensibilidade, a estimulação e autonomia e;

O aluno deve ser incluído no contexto escolar, por meio da afetividade e respeito, e não excluído por apresentar limitações.

## REFERÊNCIAS

ABENHAIM, E. Os Caminhos da inclusão: Breve histórico. In A. M. MACHADO, A. J. VEIGA NETO, M. V. O. SILVA, R. G. PRIETO, W. RANNA & E. ABENHAIM (Orgs.). Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola. p. 39-53). São Paulo.2005.

ARANHA, M. S. F. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327, Brasília. 2000.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da

Educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)  
Acesso em: 10 de junho 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso: 20 de junho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP. Brasília, 2008.

BRASIL. SDHPR - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNP. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/>. Acesso em 06 de junho de 2020.

CARVALHO, R, E. Removendo barreiras para a aprendizagem. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

COLL, C. Atenção à diversidade e qualidade de ensino. Revista do Centro. v.3 n.8. Porto Alegre, 2003.

FONTANA, E.C. Educação Física, Diversidade e Inclusão escolar. E-book. 2019. Disponível em: [http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1657/1/FONTANA\\_Ed\\_Fisica\\_Diversidade\\_e\\_Inclusao\\_Social.pdf](http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1657/1/FONTANA_Ed_Fisica_Diversidade_e_Inclusao_Social.pdf) . Acesso 06 de maio de 2020.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. *Revista Integração*. Brasília (Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial), v.14, n.24, p.24- 27, 2002.

GOODLEY, D. Tales of Hidden Lives: a critical examination of life history research with people who have learning difficulties. *Disability and Society*, v.11. n.3, p.333-348.1996.

LAEVERS, F. Educação Experiencial: tornando a educação infantil mais efetiva através do bem-estar e do envolvimento. *Contrapontos*. 2004. v.4, n.1, p.57-69. Itajaí, SC. 2004.

LEAVERS, F. Se houver envolvimento há desenvolvimento! *Noesis*. Revista trimestral. n. 74 . 2008.

LIRA, B.C. Práticas pedagógicas para o século XXI: A sociointeração digital e o humanismo. Editora vozes.v.1. Petrópolis, RJ. 2019.

LLOPIS, J. La Educación Especial I: Teoría, historia y legislación. Valencia: Martín Impresores.1986.

MATOS, M., & CARVALHOSA, S. Saúde mental e mal estar físico na idade escolar, v.3, 1. Lisboa: FMH/PEPT/GPT. 2001.

MATISKEI, A. C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. *Educar em Revista*. Ed. UFPR, n. 23, p.185-202, Curitiba, PR, 2004.

MIRANDA, F.D. Aspectos históricos de la educación inclusiva en Brasil. *Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva*, v. 2, n. 3, Manaus, 2019.

NUTBEAM, D., SMITH, C., MOORE, L., & BAUMAN, A. Warning! School can damage your health: Alienation from school and its impact on health behaviour. *Journal Pediatric Child Health*, v.29 (suppl.), p. 825-830.1993.

PASCAL, C. & BERTRAM, T. Desenvolvendo a Qualidade em Parcerias: nove estudos de casos. Porto Editora. Lisboa, Portugal, 2009.

PUIGDELLIVOL, I. História de la Educación Especial. Em S. Molina (Dir.). *Enciclopedia temática de Educación Especial*. Madrid: CEPE, 47-61.1986.

PUIGDELLÍVOL, I. La educación especial en la escuela integrada. Una perspectiva desde la diversidad. Barcelona: Graó.2007.

RAMÍREZ C., M. A. La orientación escolar y las necesidades educativas especiales. Em A. Cifuentes García e J. A. Gómez Monedero (Coords.). *Educación, Diversidad y Accesibilidad en el Entorno Europeo*. Actas de las XXII Jornadas de Universidades y Educación Especial y II Congreso Internacional. Burgos. Documento inédito.2005.

ROSALES, C. Hacia una ciudadanía inclusiva ¿Un reto a la complejidad educativa? *Revista Electrónica de Educación Inclusiva*. v. 2, n. 3. p. 97-110.2009.

SAMDAL, O., NUTBEAM, D., WOLD, B., KANNAS, L. Achieving health and educational goals through

schools – A study of the importance of the school climate and the students' satisfaction with school. *Health Education Research*, v.13.n.3. p.383-397.1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão. Construindo uma Sociedade para todos*. WVA, Rio de Janeiro, 1997.

UZEDA, Sheila de Quadros; *Educação inclusiva*, - Salvador: Superintendência de Educação a Distância; 2019. 59p.:il

VEIGA NETO, A. Quando a inclusão pode ser uma forma de exclusão. In: MACHADO A. M. *et al.* (Org.). *Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola*. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2005.

VIGHI, C. S. B. *Formação Docente e o papel do professor como sujeito que aprende*. Trabalho de Conclusão de Curso. 2010.

VIGOTSKI, L. S. *O desenvolvimento psicológico na infância*. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1999.

